

Sessão Pública do PCP O Partido Comunista Português, os Católicos e a Igreja Lisboa, 4 de Abril de 2014

Intervenção de Carlos Gonçalves, da Comissão Política do CC do PCP

“O PCP, os católicos e a Igreja”

Amigos e camaradas

Quero agradecer a presença de todos neste debate em torno dum tema importante e actual - o Partido Comunista Português, os Católicos e a Igreja.

Esta iniciativa é um contributo para o esclarecimento desta matéria e para fazer avançar o debate e a convergência de opiniões de muitos trabalhadores, de democratas de posições e convicções muito diversas - no plano político, ideológico e religioso -, para novas sínteses de intervenção e novas propostas, comprometidas com uma ruptura com este rumo de desastre nacional e com a construção duma nova política e duma alternativa patrióticas e de esquerda.

Esta Sessão decorre a uns dias dos quarenta anos da Revolução do 25 de Abril, e pode contribuir para repor a verdade histórica a respeito do processo da revolução antifascista portuguesa, sobretudo quanto à construção da unidade antifascista que a tornou possível e quanto a alguns desenvolvimentos posteriores.

Neste sentido, este debate é também um momento de esclarecimento, face à grande operação em curso de mistificação e reescrita da história, com que, hoje em dia, as forças mais conservadoras e todos os oportunistas, procuram diminuir o significado e conteúdo progressista da Revolução de Abril e ocultar o papel dos trabalhadores e do povo, dos comunistas e dos católicos progressistas, nesse processo, ao mesmo tempo que tentam branquear as posições do grande capital e dos agora auto-nomeados partidos “do arco do poder”, do lado da contra revolução.

Por outro lado, esta sessão decorre três meses após o encerramento do Centenário de Álvaro Cunhal. E importa aqui referi-lo porque, sem a profundidade e riqueza da sua obra e intervenção, em setenta e cinco anos de luta, sem a sua inteligência e coerência, sem o papel que desempenhou neste Partido, de que foi obreiro determinante, a história da Revolução de Abril e estas realidades - os Católicos, a Igreja, o PCP e a sociedade portuguesa -, nos dias de hoje, seriam substancialmente diferentes. E também seria muito diferente esta nossa reflexão.

Para os que aqui estamos e nos confrontamos com o retrocesso civilizacional, a regressão social, a injustiça e a desumanização, que medram nesta crise profunda, estrutural e sistémica do capitalismo, na política de direita e no Pacto de Agressão ao povo e ao país, para todos e cada um de nós, o pensamento e exemplo de Álvaro Cunhal constituem referência maior no combate pela emancipação social, de todos os homens e de todos os povos.

Caros amigos e camaradas

No PCP, a matéria que estamos a discutir, foi sistematizada, nos seus princípios e orientações fundamentais, com vista à acção dos comunistas com os católicos e à relação com a Igreja, em 1943, há mais de setenta anos.

Consta de um texto, aprovado no III Congresso do Partido, na clandestinidade, sobre “A unidade da nação portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência”, já então redigido por Álvaro Cunhal. Daí foi extraído um capítulo, mais tarde republicado com o título “A mão estendida

aos católicos”.

Escrito em plena Segunda Guerra Mundial, com a Europa e o Mundo massacrados pelo nazi-fascismo, afirmava: “... não esquecemos que a Igreja Católica... tem apoiado a exploração, a opressão e as atrocidades fascistas... por isso combatemos... (a sua política) e os sacerdotes fascistas... Mas não os combatemos pela actividade religiosa... (mas) sim pela actividade contra o povo e o país,... de traição nacional...”.

E “...também não esquecemos que muitos sacerdotes... são inimigos da Alemanha nazi... (e que) centenas de milhar de trabalhadores, explorados e oprimidos... são... influenciados pelo catolicismo..., não podemos separar-nos dos nossos irmãos, os operários e camponeses católicos... ou (os) atraímos... para a luta contra o fascismo, ou deixamos que... constituam uma... reserva do fascismo”.

E concluía: “...não fazemos a “guerra à religião” e não pretendemos atingir a liberdade de crença e de prática de culto.... Estendemos lealmente a mão aos católicos (bem como aos que professam qualquer outra religião) para que participem no movimento nacional contra o fascismo, pelo Pão, pela Liberdade e pela Independência”.

Foi clarificado nesse III Congresso - e assim se mantém até hoje -, que um crente pode ser militante do PCP, desde que, como qualquer outro, intervenha no quadro do Programa e Estatutos. Aliás a esse respeito o próprio Lénine escreveu: “...devemos não só admitir no Partido todos os trabalhadores que ainda têm fé em Deus, como devemos mesmo redobrar... esforços para recrutá-los. Somos absolutamente opostos à mais ligeira afronta das convicções religiosas destes operários”.

A questão da unidade com os católicos foi de novo tratada em 1946, em “O caminho para o derrubamento do fascismo”, no IV Congresso, que concluiu: “... estendemos... a mão aos trabalhadores católicos, a todos os católicos patriotas e progressistas. Lutamos contra o sectarismo e incompreensão de muitos dos nossos militantes e da generalidade dos antifascistas republicanos. Houve erros de intolerância em 1910 que não devem... repetir-se. Conquistaremos para a causa da democracia a massa católica, na medida em que saibamos respeitar as suas crenças e mostremos... (ser) os melhores defensores da liberdade de consciência”.

Esse texto identificava os “factores prejudiciais à unidade com os católicos e à sua participação no Movimento de Unidade Nacional Antifascista” e referia a “política reaccionária do Vaticano e o apoio a Salazar...” e a “...política (da Igreja) em defesa do fascismo... verdadeiro abuso que a hierarquia eclesiástica faz das convicções religiosas dos católicos portugueses”. E referia os “factores favoráveis à unidade..., a participação de milhares de católicos nos movimentos populares... (e) a existência de numerosos católicos que se separam da acção reaccionária e fascista do Vaticano e da Igreja e anseiam liberdade e democracia no nosso País...”.

O texto afirmava: “... a grande massa dos trabalhadores católicos não é fascista, acredita em Deus e vai ... à Igreja, mas não está de acordo com... Salazar” e concluía : “... para ganharmos os católicos para a causa antifascista, não devemos poupar esforços e devemos... eliminar as deficiências na nossa actuação... chamar... os trabalhadores católicos à luta... atrair à Unidade ... os católicos, incluindo sacerdotes, e procurar a adesão e participação activa de católicos destacados”.

Em 1947, n“O Partido Comunista, os Católicos e a Igreja”, Álvaro Cunhal escreveu: “...(temos) reafirmado os ... princípios de respeito pela liberdade de crença e de prática de culto e o propósito de fazer tudo quanto estiver ao ... alcance para que... sejam uma realidade no Portugal democrático.... As convicções religiosas, por si só, não são susceptíveis de afastar os homens na realização de um programa social e político,... comunistas e católicos podem e devem unir-se em defesa dos seus anseios comuns ...” .

E ainda, “...o Cardeal Cerejeira (e) altos dignitários... têm tomado uma posição... clara, pregando o ódio aos comunistas e outros democratas e aconselhando o apoio ao salazarismo... (mas) isso

não altera... a nossa posição..., continuamos desejando sinceramente a unidade com os católicos progressistas na luta pela realização das nossas comuns aspirações...”.

Nesse texto, sobre a política da Igreja, às ordens do Estado do Vaticano e em apoio ao fascismo, referiu: “...os dirigentes católicos reaccionários insistem no que separa os católicos dos comunistas e outros democratas... procurando mostrar que a barreira é tal que torna impossível qualquer entendimento ou acção comum... (mas) a verdade é que aquilo que nos separa nada é comparado com o que nos une...”.

No “Rumo à Vitória - As tarefas do Partido na Revolução Democrática e Nacional”, base teórica do Programa do PCP, que conduziu ao 25 de Abril e foi “força material” das suas transformações progressistas, escreveu Álvaro Cunhal: “...Salazar e as classes monopolistas que representa servem-se da Igreja e do catolicismo. Os católicos têm a «liberdade» (com aspas) de fazer política fascista, não têm liberdade (sem aspas) para fazer qualquer outra política.... Quando... nenhuma corrente de católicos antifascistas tinha ganho vulto, ...insistiam no dever dos católicos intervirem na política. Mas quando em 1958, tal corrente se manifestou no documento assinado pelo Bispo do Porto e por dezenas de sacerdotes, o cardeal (Cerejeira) apressou-se a ordenar que «não é missão dos sacerdotes fazer política»...”.

Pouco depois, dizia o relatório aprovado no VI Congresso, em 1965: “...nos últimos anos, vastos círculos católicos têm-se separado do regime fascista.... Os fascistas ameaçam... e chegam a proclamar que, por cooperarem com os comunistas, ... deixam de ser católicos, ... se por hipótese... o próprio Papa, em tal ou tal momento ... ou questão, nega o seu apoio à política fascista, logo passa «ao campo do inimigo»...”. A previsão confirmou-se em 1970, quando Paulo VI recebeu os movimentos de libertação das colónias portuguesas.

Em muitas ocasiões, antes e depois de Abril, no plano político e ideológico, o PCP foi construindo as orientações para a relação dos comunistas com os cristãos, com os que professam outras religiões e com as suas instituições. A vida comprovou a sua justeza, com o papel destacado de sectores católicos progressistas na unidade antifascista, na crise do fascismo, na Revolução de Abril, nos governos provisórios, na construção do regime democrático e na intervenção em sua defesa, face à contra-ofensiva do grande capital e do imperialismo.

Em Novembro de 1974, em pleno processo revolucionário de Abril, já então com milhares de católicos militantes do Partido, Álvaro Cunhal afirmou, num comício em Braga: “...os comunistas defendem... boas relações do Estado com a Igreja. Esta... política não se baseia em critérios de oportunidade, mas numa posição de princípio.... O mundo evolui e a Igreja Católica... mostra também indícios de... evolução positiva.... Confiamos em que os homens mais esclarecidos da Igreja... compreendam... a sinceridade (e) as profundas implicações, para o presente e para o futuro, desta posição do Partido Comunista ...”.

No ano seguinte, numa fase muito difícil da Revolução de Abril, quando, para travar e inverter as mudanças progressistas e tentar impedir a acção do Partido, as forças reaccionárias, com a cumplicidade do PS, não hesitaram no terrorismo bombista e assassino, confirmou-se a criminosa co-responsabilidade de altos dignitários da Igreja em alguns desses factos, mas o PCP, ao mesmo tempo que combatia os conspiradores, insistiu que “não existe um problema religioso em Portugal” e não deixou cair a consigna da “mão estendida” na construção da democracia.

Amigos e camaradas

Neste Abril de 2014, a situação do país é de enorme gravidade e complexidade. Vivemos em Portugal as consequências de 37 anos de política de direita, 27 anos da integração capitalista na UE e 15 anos do Euro, num quadro de crise estrutural e sistémica do capitalismo e de contra-ofensiva imperialista. O Pacto de Agressão e saque nacional, assinado pelo PS, PSD e CDS e pela troika estrangeira resulta no presente e projecta-se para um futuro de muitos anos – se não for interrompida esta política – em mais exploração, precariedade, desemprego, pobreza, recessão e estagnação da economia, regressão social de dimensão histórica e dependência

externa.

Ressurgem as mentiras do fascismo, agora intermediadas em massa nas televisões, como a apologia do “empobrecimento para superar a crise”, assente na ideia falsa de que “vivemos acima das possibilidades”. E avança esta brutal operação de mistificação, manipulação e branqueamento da realidade, concebida para criar um condicionamento ideológico esmagador, para suscitar a aceitação das chamadas “inevitabilidades” e o conformismo de que “o país está melhor” e à beira do “milagre económico”.

O capital financeiro e os monopólios, com esta “guerra psicológica”, visam perpetuar o saque dos trabalhadores e do povo e o rumo de desastre nacional, para acelerar a concentração e centralização de capitais. E não hesitam em recorrer a mecanismos de extorsão e coacção, idênticos aos que o PCP tipificou no fascismo.

E o domínio do capitalismo monopolista de Estado reconstituído confirma-se como causa e desígnio da ofensiva em curso, a coberto do Pacto de Agressão e, depois de 17 de Maio, da respectiva continuidade. No quadro da Governação Económica, do Tratado Orçamental e das opções neoliberais e federalistas da UE, com a chancela do PSD, CDS e PS. No fundo, o aprofundamento do modelo económico de salários de miséria, baixo valor acrescentado e emigração, o mesmo modelo de Salazar e Caetano, mas agora recauchutado pela integração capitalista europeia e o Euro.

Não é admissível contemporar com esta política e a sua continuação. É urgente a ruptura, pela luta dos trabalhadores e do povo, a luta de hoje e amanhã, para fazer crescer o isolamento social e político do governo e da política de direita, por fim ao terrorismo social e abrir caminho a uma nova política ao serviço do povo e do país.

A realidade confirma a urgência de uma política patriótica e de esquerda, capaz de uma viragem na situação nacional. Mas subsistem muitos obstáculos no caminho, numa arrumação de forças sociais complexa, ainda em polarização, e numa correlação de forças no plano político, que tem vindo a melhorar, mas que não atingiu o patamar de ruptura com a política de direita, por responsabilidade do PS.

Neste quadro, importa reafirmar que o PCP considera que as convicções religiosas não alteraram a posição de classe de cada crente, nem implicam contradição com um programa social e político progressista, sendo verdade que os interesses dos trabalhadores e dos sectores sociais não monopolistas, muitos deles católicos, esses sim, estão em conflito com os dos respectivos capitalistas e com os “barões da finança”, alguns dos quais se dizem também cristãos.

Por outro lado, num quadro em que a Constituição, de que o PCP é firme defensor, assegura a liberdade religiosa e de culto, a democracia formal tornou possível avanços na laicização do Estado e contribuiu para que mais católicos e crentes assumam a pluralidade de interesses e opções de classe, nas organizações sociais e nos partidos políticos.

E a Igreja Católica, num processo irregular, registou mudanças. A fusão do Estado do Vaticano e das super-estruturas da Igreja com o capital financeiro supranacional avançou, com consequências evidentes na hierarquia. Mas também avançou a secularização da vida social e emergiram questionamentos de dogmas e estruturas da Igreja e novas dinâmicas associativas e de Acção Católica. Alargou-se o fosso entre o diagnóstico oficial da “economia de exclusão e desigualdade”, a “economia que mata”, e a ocultação, com declarações populistas, ou por hipótese bem intencionadas, mas inconsequentes, de uma resposta verdadeiramente progressista, de que está sedento este nosso mundo.

Nos dias de hoje, e isso é ainda uma conquista de Abril, não existe uma “questão religiosa” em Portugal, e no que depender do PCP, onde militam muitos católicos, nunca existirá; mas isto não pode esconder problemas, quanto à laicidade do Estado, à igualdade das confissões minoritárias

e a fenómenos sociais conexos. Este é um quadro que assume muitas e novas complexidades.

A Igreja Católica e todas as outras, devem ser respeitadas na sua acção religiosa e ouvidas com atenção no plano institucional. Nada move os comunistas contra a Igreja ou as manifestações de religiosidade, não acompanhamos posições anticlericais, de génese anarco-maçónica. Aliás, a experiência mostra que é positivo o relacionamento regular entre o Partido e a Igreja, apesar dos preconceitos de certos dignitários.

Mas também por isso, importa que fique claro que, como no passado, o PCP não pode abdicar do direito de resposta a posições de natureza política, algumas muito alinhadas à direita, de alguns responsáveis religiosos, se e quando isso for absolutamente impreterível.

Hoje, o relacionamento dos comunistas, incluindo dos que se afirmam católicos, com os mais amplos sectores sociais e as massas, sejam ou não crentes, tem de intensificar-se e aprofundar-se, sobretudo nos caminhos que trilharam em comum, na defesa dos trabalhadores, no Movimento Sindical Unitário, nos movimentos associativos e de defesa das populações, na luta contra o empobrecimento e o declínio nacional, na comemoração do 25 de Abril, na CDU - nas autarquias, na AR e nas eleições para o Parlamento Europeu -, na construção de uma nova política e de um Portugal soberano e desenvolvido.

A experiência prova que não é difícil a convergência. O humanismo, a proximidade aos pobres e oprimidos, os valores de paz, justiça e igualdade do “cristianismo primitivo” e do acervo cultural das massas católicas, não estão longe das ideias e ideais comunistas.

Escreveu Álvaro Cunhal - “... quem são os que estão mais perto dos pobres,... que sempre... defendem os humilhados e ofendidos, as vítimas da exploração, da tirania e do mal? Quem é animado pelo amor do próximo e capaz de sacrificar a... própria vida?... Qualquer pessoa de sentimentos honrados encontra resposta fácil... e se a anima o ideal cristão, sentir-se-á mais próxima dos comunistas, ... do que daqueles que se dizem cristãos, sem alguma vez o terem sido...”.

Hoje, o problema político mais complexo da situação nacional reside na afirmação de um caminho comum dos trabalhadores e sectores sociais não monopolistas, dos católicos progressistas, dos democratas e patriotas, dos comunistas; a dificuldade é construir uma alternativa patriótica e de esquerda, que não se confunda com um governo PS de alternância ao PSD, que prosseguiria no essencial a mesma política.

O desenvolvimento da luta de massas, o reforço do PCP e a alteração da correlação de forças no plano político são determinantes para a alternativa, cuja construção pode “...constituir um processo complexo e eventualmente prolongado...” um caminho exigente, que implica a cooperação de forças, sectores e personalidades democráticas e obriga a um grande esforço de convergência e soluções.

Neste caminho difícil, há muitos passos a dar, muitas posições e acção a construir e consolidar, com as organizações católicas mais avançadas, a LOC, a JOC e vários movimentos de leigos, porventura próximos do que de mais avançado aconteceu no Vaticano II, da “Igreja dos pobres” e da “Teologia de Libertação”, com sacerdotes e personalidades da hierarquia da Igreja, de outras organizações cristãs e de outras religiões, que não militem pela política de direita e pelo Pacto de Agressão, que não manipulem a religião como “ópio do povo”, que se comprometam com a sua fé no caminho da mudança, para um mundo e um Portugal mais humano e mais justo.

A identidade e a luta do PCP e a realidade do mundo não permitem hesitações. É preciso, imperioso e urgente estar do lado dos trabalhadores e do povo e “dar a mão” entre democratas e patriotas, comunistas, cristãos e outros crentes, porque é impreterível juntar ainda mais forças, inteligências e vontades, contra a exploração e o roubo, contra o capital financeiro, o “bezerro de ouro”, o obscurantismo e a destruição do país, no caminho em comum para firmar os valores de Abril no futuro de Portugal.